Fundação **Casa de Rui Barbosa**

www.casaruibarbosa.gov.br

Sustentabilidade na cultura: da diversidade cultural à sustentação financeira

Liliana Sousa e Silva *

Resumo: Há alguns entendimentos possíveis para a questão da sustentabilidade na cultura. Esse artigo apresenta um breve panorama de abordagens sobre o tema, partindo das discussões sobre meio ambiente iniciadas na década de 1970, quando a sustentabilidade cultural surge associada ao respeito às diferentes culturas, passando pelas relações entre cultura e desenvolvimento, para chegar à visão de sustentabilidade relacionada aos sistemas e mecanismos de financiamento da cultura. Na segunda parte, a sustentabilidade é vista na perspectiva de um programa público de cultura – o Cultura Viva, lançado pelo Ministério da Cultura em 2004.

Palavras-chave: Sustentabilidade da Cultura; Política cultural; Cultura Viva; Desenvolvimento e Cultura; Diversidade Cultural.

A noção de sustentabilidade da cultura não surgiu de forma isolada; ao contrário, ela vem se constituindo no âmbito de uma discussão mais ampla sobre a questão da sustentabilidade do desenvolvimento e do desafio contemporâneo em assegurar a sustentabilidade da humanidade no planeta, diante de uma crise de civilização de múltiplas dimensões interdependentes: ecológica, social, política, humana, étnica, ética, moral, cultural, entre outras.

* Bacharel em Ciências Sociais pela FFLCH/USP, com doutorado em Cultura e Informação pela ECA/USP. Docente do SENAC/SP no curso de pós-graduação “Gestão Cultural: Cultura, Desenvolvimento e Mercado”. Email: lilianass@uol.com.br.

Para efetuar uma reflexão sobre a questão da sustentabilidade na cultura, podemos iniciar com um rápido olhar para o termo 'sustentabilidade', que, em uma primeira definição genérica, designa a característica ou condição daquilo que é sustentável, ou seja, passível de sustentação[1]. Nesse entendimento, sustentabilidade designa o ato ou efeito de dar apoio, conservar, manter algo.

Diante do desafio de assegurar a sustentabilidade da humanidade no planeta, houve, nas últimas décadas, uma alteração significativa nas formas de abordagem das questões ambientais. Antes da década de 1970 predominavam as teses de crescimento demográfico e esgotamento dos recursos naturais; em 1972, com a publicação do documento do Clube de Roma (*Os Limites do Crescimento*), passou-se a defender a ideia de que, em meados do século XXI, o planeta enfrentaria os limites de sua capacidade de suporte. A menos que o crescimento econômico fosse refreado, o esgotamento dos recursos naturais do globo se tornaria uma realidade. Em 1973, na Conferência de Estocolmo, o cerne do problema passa a ser as formas de desenvolvimento; não se tratava mais de limitar o desenvolvimento em si, mas de se rever a maneira predatória como ele vinha sendo praticado. Naquele momento houve uma inflexão no entendimento do conceito de meio ambiente, que passa a colocar o homem e a perspectiva social como partes integrantes do problema. Começam a ser difundidas as ideias de conservação e de ecodesenvolvimento[2], em oposição às ideias de conteúdo estritamente preservacionista.

[1] *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

[2] O conceito de ecodesenvolvimento surgiu nos anos 70 por conta da polêmica gerada na primeira *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente*, em Estocolmo, entre aqueles que defendiam o desenvolvimento a qualquer preço e os partidários das questões ambientais. O termo foi proposto por Maurice Strong e, em seguida, ampliado por Ignacy Sachs, que além da preocupação com o meio ambiente, defendia a incorporação das questões sociais, econômicas, culturais, de gestão participativa e ética. Como uma derivação do conceito de ecodesenvolvimento, surge a noção de 'desenvolvimento sustentável'. Fonte: Site *Eco Desenvolvimento.org – Informação para um mundo sustentável*. Disponível em: http://www.ecodesenvolvimento.org.br. Acesso em: 15/01/2010.

Nesse contexto, Ignacy Sachs (2008) relaciona ecodesenvolvimento a uma concepção alternativa de desenvolvimento, pautada em alguns princípios básicos: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade territorial, sustentabilidade política (nacional e internacional) e, por fim, sustentabilidade cultural. Por meio da maximização da produção e da racionalização da utilização dos recursos naturais, o conceito sugeria uma harmonização entre proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Em meados da década de 1980, a abordagem da questão ambiental passa a incorporar problemas relativos à pobreza e à desigualdade social. Os princípios contidos na definição de ecodesenvolvimento dão origem à definição de 'desenvolvimento sustentável', termo posteriormente incorporado pelo relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – *Nosso Futuro Comum* (também conhecido como *Relatório Brundtland*), publicado em 1987 –, para o qual desenvolvimento sustentável é aquele que busca atender às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Esse conceito foi amplamente difundido e incorporado nas políticas de países desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, e pelos mais diversos atores sociais relacionados ao tema. A simplicidade dessa aproximação, no entanto, obscurece complexidades e contradições subjacentes ao tema. Ainda hoje há dúvidas acerca do verdadeiro conteúdo de desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, não há clareza em torno do objeto a ser sustentado – por vezes, a sustentabilidade se refere aos recursos naturais propriamente ditos; por outras, aos bens derivados desses recursos; alguns autores se referem à sustentabilidade dos níveis de produção, outros enfatizam a sustentabilidade dos níveis de consumo. Outro ponto diz respeito à noção de temporalidade subjacente ao conceito de desenvolvimento sustentável, que toma como base um sistema de referências do presente, para se projetar um novo modelo para o futuro. Também permanecem dúvidas com relação à aplicabilidade do conceito, considerando o atual modelo de produção capitalista e suas profundas desigualdades sociais (REDCLIFT, 1999, apud SILVA, 2001). No entanto, esse tema não será aprofundado no presente artigo, servindo apenas para lançar uma luz às origens da associação entre sustentabilidade e cultura – embora pareça bastante sugestiva a ideia

de fazer uma aproximação maior entre o conceito de desenvolvimento sustentável, com suas contradições, e a noção de sustentabilidade cultural.

Sustentabilidade da cultura

Como foi dito, Ignacy Sachs elencou alguns critérios de sustentabilidade, entre os quais a *sustentabilidade cultural* que, em seu ponto de vista, refere-se às mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação) e à capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição à cópia de modelos do exterior). Esses conceitos são abrangentes e remetem à tensão intensificada com a globalização entre o global e o local, dando-se destaque à importância da diversidade cultural alimentada pelos aspectos culturais locais, porém não se fechando à mescla com aspectos exteriores que podem propiciar as inovações. A sustentabilidade cultural refere-se, nesse entendimento, ao respeito que deve ser dado às diferentes culturas e às suas contribuições para a construção de modelos de desenvolvimento apropriados às especificidades de cada ecossistema, cada cultura, cada local.

A questão da sustentabilidade cultural pode ser abordada, também, na perspectiva das relações entre cultura e desenvolvimento. O relatório *Nossa diversidade criadora* (CUÉLLAR, 1997), resultante da implantação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997) pela UNESCO, já expressava os pressupostos básicos para se repensar as relações entre cultura e desenvolvimento humano. Nesse documento, a cultura passa a ser entendida como condição e contexto social do desenvolvimento, em contraste com a visão de cultura como um simples meio para o desenvolvimento ou como obstáculo para o crescimento econômico. Por sua vez, desenvolvimento passa a ser colocado como realização da existência humana em todas as suas formas e em toda a sua plenitude. Hoje, a cultura tornou-se um componente da qualidade de vida e o cenário fundamental onde o próprio desenvolvimento acontece. Sob esse ponto de vista, o acesso à cultura representa um sinal de desenvolvimento geral de uma sociedade; e a capacidade de participar da cultura, criá-la e legá-la às gerações futuras pode se constituir em um indicador de melhorias sociais e econômicas.

Quando a cultura passa a ser vista como base do desenvolvimento, a noção de políticas culturais também deve ser ampliada. Além de agregar uma multiplicidade de agentes sociais, uma política orientada para o desenvolvimento cultural só pode ser implementada com a participação ativa das populações. Dessa forma, um desafio atual é a formulação de políticas culturais que atendam à demanda de maior participação individual e local na vida cultural da sociedade. Além disso, em um contexto de economia regional e global, o setor cultural deve ser apoiado de forma efetiva e envolver uma multiplicidade de agentes, sendo fundamental para isso contar com a articulação entre diferentes instâncias e com a constituição de redes e parcerias. Nesse sentido, o relatório *Nossa diversidade criadora* ressalta a necessidade de uma interação mais flexível entre governos, mercado e sociedade civil, com uma redistribuição de funções entre autoridades nacionais, regionais e locais, elevando-se o grau de responsabilidade em todos os níveis, especialmente do nível de governo local, que está mais perto da população e, portanto, mais bem situado para avaliar e buscar formas para satisfazer certas necessidades culturais das comunidades.

A redistribuição de funções para ampliar o apoio ao setor cultural pode ser potencializada por meio do estabelecimento de parcerias e redes de cooperação que contribuam para a efetivação de projetos e para a manutenção de iniciativas culturais que já atuam. A noção de rede de cooperação compreende a articulação de diversos agentes em torno de objetivos ou afinidades comuns, aglutinando esforços de maneira cooperativa e produzindo complementaridade aos trabalhos desenvolvidos. Essa multiplicidade de agentes pode contribuir para a sustentabilidade de ações culturais e a continuidade de suas atividades, mesmo que readequadas em função de novas demandas da população local.

Documentos internacionais que tratam do binômio cultura-desenvolvimento relacionam a sustentabilidade à garantia da diversidade cultural. Em 2005, a “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” reafirma o princípio de que

> a diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações. (UNESCO, 2006)

Além da valorização da diversidade cultural para o desenvolvimento sustentável de comunidades, o documento da UNESCO sublinha a sua importância também para a plena realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais proclamados na "Declaração Universal dos Direitos Humanos".

No Brasil, a questão da sustentabilidade da cultura vem sendo freqüentemente abordada em sua dimensão econômica, especialmente por sua potencialidade na geração de renda e emprego, assim como na sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo para o desenvolvimento do país. Segundo Teixeira Coelho (2007), a cultura vem sendo, nas duas últimas décadas, sistematicamente pensada como meio para dois fins declarados prioritários – o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano. No entanto, nenhum dos dois tipos de desenvolvimento poderá ocorrer se a cultura não for, ela mesma, sustentável; ou seja, se a cultura for vista como um fim em si mesma, não apenas como meio. Em seu ponto de vista, o discurso deve mudar: a cultura precisa ser sustentada simplesmente porque é cultura e não por ser alavanca para a geração de emprego ou para o aumento do PIB nacional. A cultura precisa ter condições para reproduzir-se como cultura. Assim, as ações culturais e os programas de política cultural precisam levar em conta os elementos necessários para que o fato cultural que se está apoiando reproduza a si mesmo quando o apoio da política cultural se reduzir ou cessar. Ou seja, precisam garantir as condições para que uma iniciativa cultural significativa para um determinado grupo possa ter continuidade, o que implica na ampliação das capacidades culturais de indivíduos e sociedade para exercerem com autonomia a sua liberdade cultural. Dentro dessa perspectiva, políticas culturais voltadas para a sustentabilidade cultural poderiam buscar formas para desenvolver certas capacidades e também para fomentar a participação dos agentes sociais, garantindo a pluralidade e a diversidade como forma de vida democrática, assim como o acesso à cultura, como um direito a ser assegurado tanto pelas instituições públicas, quanto pela sociedade em geral.

Na perspectiva econômica, a questão da sustentabilidade por vezes se refere às possibilidades que uma iniciativa ou instituição cultural tem de contar com recursos financeiros para garantir a execução de seus programas e ações. Nesse caso, relaciona-se aos mecanismos de financiamento da cultura. Maria Helena Cunha (2007) aborda a sustentabilidade na perspectiva das iniciativas culturais, de instituições formais e informais que compõem o conjunto estrutural do setor, destacando a importância de se pensar num sistema de financiamento da cultura mais consistente e diversificado que agregue o poder público, a iniciativa privada e o próprio campo da gestão cultural. Para tanto, é preciso:

- Ampliar a capacidade de estabelecimento de parcerias consistentes e de longa duração, o que retoma aspectos defendidos pelo relatório *Nossa diversidade criadora*, quando ressalta a necessidade de uma interação mais flexível entre governos, mercado e sociedade civil, com uma redistribuição de funções para responder às necessidades culturais das comunidades.

- Estruturar as instituições culturais pelo desenvolvimento de trabalhos com base em planos, programas e projetos, permitindo o seu fortalecimento e uma articulação maior entre as várias ações implementadas, além de exigir uma visão de médio ou longo prazo, com objetivos a serem alcançados.

- Aprofundar uma campanha nacional que lute por recursos públicos diretos para iniciativas de cunho não mercadológico, o que precisa vir ao lado de um incremento dos orçamentos destinados à cultura e pelo reconhecimento da importância de se canalizar recursos privados para o setor cultural, o que implica em mudanças de valores, ou seja, culturais.

- Fortalecer linhas de financiamento específicas para a pesquisa e a formação, para que se possa dar um salto de qualidade e de estruturação do campo como setor produtivo.

Também seria fundamental buscar o aprimoramento das leis de incentivo à cultura, estimulando a criação de fundos culturais públicos, além de oferecer linhas de

financiamento específicas para o setor cultural. Paralelamente a isso, é importante considerar a capacidade que as iniciativas culturais têm de produzir recursos próprios, que tenham como foco o público consumidor de cultura. Apesar de ser uma visão específica de sustentabilidade da cultura, com foco na questão do financiamento, os pontos apontados por Cunha são de suma importância na perspectiva das políticas culturais.

Sustentabilidade no Programa Cultura Viva

A questão da sustentabilidade aparece com freqüência no âmbito de programas públicos de cultura, como o caso do Cultura Viva, que, no acompanhamento das ações dos Pontos de Cultura, Pontões e Redes, vem dando especial atenção às formas de auto-sustentabilidade dos projetos. Nesse caso, a sustentabilidade é entendida como condição favorável, uma vez que permite que ações significativas para parte da população ou para um determinado grupo cultural tenham longevidade, podendo trazer efeitos mais profundos nas dinâmicas locais ou nos trabalhos de grupos e artistas. Uma das circunstâncias que podem contribuir para a sustentabilidade de uma ação é a sua forma de gestão – e aí entra o eixo da gestão compartilhada, que envolve a articulação de diversos agentes na condução das ações que, por meio de parcerias e redes de colaboração, contribuem para a manutenção das atividades. Essa perspectiva pode ser ampliada se levar em conta os ganhos que podem derivar da profissionalização dos gestores, do desenvolvimento de sua capacidade de adaptabilidade, análise de contextos, de gestão de interesses diversos e articulação com outros agentes.

De modo geral, a sustentabilidade dos projetos vinculados ao Programa Cultura Viva vem sendo buscada, em primeiro lugar, por meio do enquadramento de projetos em editais públicos e em leis de incentivo à cultura, como forma de canalização de recursos públicos e/ou privados para o financiamento de seus projetos culturais. Em segundo lugar, a auto-sustentabilidade das iniciativas pode basear-se em aportes financeiros provenientes da venda de produtos e serviços, como espetáculos, oficinas, CDs, livros e demais produtos artísticos e culturais, ou mesmo por meio da realização de palestras e oficinas de aprimoramento artístico e cultural. De acordo com o tipo de atuação da entidade, muitas vezes é possível, inclusive, efetuar a prestação de serviços técnicos

para empresas, organizações da sociedade civil ou para órgãos governamentais. Além disso, a sustentabilidade também aparece na forma de articulação na própria rede de Pontos de Cultura. A estrutura em rede, por essência, tem foco na sustentabilidade, na capacidade de gerar e trocar serviços e saberes. Assim, a auto-sustentabilidade, ou a sustentabilidade de suas ações, decorre das contrapartidas que os projetos podem oferecer – quanto maior a capacidade de oferta de serviços e saberes, mais possibilidades de troca a entidade terá. A troca de trabalhos e serviços propicia a circulação de recursos entre diferentes entidades.

Poucos Pontos de Cultura conseguiram cumprir a meta de auto-sustentabilidade prevista no Programa Cultura Viva. Um dos motivos alegados seria a falta de interesse e apoio por parte do poder público e dos empresários locais, que não valorizam a cultura e não abraçaram os projetos. Para algumas entidades, a parte financeira ainda é frágil e o projeto corre o risco de parar caso não consigam novas formas de financiamento. Dessa forma, a questão da sustentabilidade financeira dos Pontos de Cultura ainda é um entrave para o programa, que não conseguiu, até o momento, potencializar os gestores e grupos culturais no sentido da sustentabilidade cultural de seus projetos.

Quanto à sustentabilidade do Programa Cultura Viva em si, a capacidade orçamentária do Ministério da Cultura pode ser vista como um fator de risco para a continuidade ou para a abrangência do programa. Apesar da defesa da centralidade da cultura em documentos internacionais, como os da UNESCO, no Brasil a cultura ainda ocupa uma posição secundária; não alcançou o devido reconhecimento entre as políticas públicas e sua gestão geralmente conta com baixos orçamentos, que ficam aquém das demandas dos diversos setores culturais e artísticos. Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007) mostrou que o total de investimentos públicos no setor cultural (esfera federal, estadual e municipal) em 2005 esteve na ordem de 3,1 bilhões de reais, o que correspondeu a 0,20% do total da receita governamental – valor muito distante da recomendação da UNESCO, de destinação de 1% do orçamento governamental para a área da cultura. Desta forma, os valores destinados pelos órgãos públicos para o setor cultural ainda são ínfimos diante das vastas e diversificadas

demandas do setor cultural. Espera-se agora que com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 150 – o setor possa contar com aportes adicionais de recursos.[3]

Tendo em vista o diminuto orçamento governamental para a área da cultura, um dos principais desafios do Programa Cultura Viva é a sua sustentabilidade enquanto política pública, já que ele é custeado por verbas oriundas da lei orçamentária e disputa os reduzidos recursos com despesas de manutenção da própria estrutura organizacional do Ministério da Cultura. A falta de recursos orçamentários limita o alcance do programa, que fica restrito a uma parcela da população, deixando muitos grupos culturais sem apoio financeiro para o desenvolvimento de suas atividades. Justamente por contar com escasso orçamento, o programa não pode garantir a renovação dos convênios firmados com os Pontos de Cultura, que após os dois anos e meio previstos para execução das ações, deixam de receber os recursos federais. Ainda faltam estratégias que garantam a sustentabilidade ou a continuidade do programa.

Nos últimos anos, uma das preocupações de pessoas ligadas ao programa tem sido a sua transformação em política publica, de modo a torná-lo uma política de Estado e não mais um programa de um governo específico. Ainda há o que caminhar nesse sentido, mas, ao que tudo indica, o programa deverá ter continuidade na atual gestão do Ministério da Cultura.

É importante ressaltar que, além dos desafios de sustentabilidade financeira dos Pontos de Cultura, assim como os esforços que vem sendo feitos no sentido de transformar o programa em política pública, a sustentabilidade no caso do Cultura Viva depende em boa parte da criação de uma *cultura de gestão cultural*, ou seja, que os grupos e responsáveis pelas ações possam desenvolver certas capacidades que lhes permitam exercer mais vigorosamente o seu papel de gestores. Como mediadores, os agentes

[3] A PEC 150 acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal, determinando que a “União aplicará anualmente nunca menos de 2%, os Estados e o Distrito Federal, 1,5%, e os Municípios, 1%, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional”.

culturais podem canalizar a participação e a incorporação de grupos e indivíduos à ação em sua comunidade, facilitando um processo a partir da ação pública e social. Para isso, é importante ter a capacidade de conhecer e interpretar a realidade para, a partir daí, construir modelos próprios de gestão, a partir das condições e circunstâncias presentes no contexto no qual vão atuar, identificando e canalizando demandas, potencialidades, desejos e fragilidades locais. Rubens Bayardo (2008) define a gestão cultural como a *mediação* entre atores, disciplinas, especificidades e domínios envolvidos nas diversas fases dos processos produtivos culturais. Conforme assinala, a mediação torna possível a produção, a distribuição, a comercialização e o consumo dos bens e serviços culturais, articulando criadores, produtores, promotores, instituições e públicos. Assim, ela conjuga diversas lógicas e as compatibiliza para "formar o circuito no qual as obras se materializam e adquirem sentido na sociedade".

Para Alfons Martinell (2001), os agentes culturais precisam ter, entre outras características, a capacidade de liderança, de aproximação e influência junto aos centros de tomada de decisões, mostrando que a cultura é um ponto importante na agenda política global. São aglutinadores e formadores de opinião sobre determinados temas, que buscam criar as condições para difundir suas opções e pontos de vista. Podem ajudar a estruturar e a construir as demandas de caráter social, cultural e educativo que decorrem de situações individuais ou grupais e, ainda, abordá-las de forma coletiva diante de organizações e do aparato administrativo do Estado.

Para finalizar esta reflexão, vale destacar a importância de que os agentes culturais tenham uma formação ampla e diversificada que dê conta de tantas funções a assumir; mas que, acima de tudo, possam desenvolver sensibilidade e flexibilidade para enfrentar os desafios que encontrará na gestão cultural, buscando caminhos possíveis para a sustentabilidade cultural das ações empreendidas.

Referências bibliográficas

BAYARDO, Rubens. "A gestão cultural e a questão da formação". *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC* – n. 6, jul./set. 2008. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2008, p. 57-65.

COELHO NETTO, José Teixeira. 'Política Cultural em nova chave: indicadores qualitativos da ação cultural'. In: *Revista Observatório Itaú Cultural/OIC*, n.3, (set./dez.2007). São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007, p. 9-21.

CUÉLLAR, Javier Perez (org.). *Nossa diversidade criadora*: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas SP: Papirus, Brasília DF: Unesco, 1997.

CUNHA, Maria Helena. 'Gestão cultural: desafios de um novo campo profissional'. In: *Revista Observatório Itaú Cultural/OIC*, n. 2, (mai./ago.2007). São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007, p. 72-79.

MARTINELL, Alfons. "Agentes y Políticas Culturales". Banyoles, 1997/1998. *Paper*.

MARTINELL, Alfons. "La gestion cultural: singularidad profesional y perspectivas de futuro (Recopilación de textos)". *Cátedra UNESCO de Políticas Culturales y Cooperación*, 2001.

REDCLIFT, M. "Sustainability and sociology: northern preoccupations". In: BECKER, E. & JAHN, T. (org.). *Sustainability and the social sciences*. London: Zed Books, 1999.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI*: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo SP, Studio Nobel e Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SILVA, Liliana Sousa e. *Indicadores para políticas culturais de proximidade*: o caso Prêmio Cultura Viva. São Paulo, 2007. 260 p. Tese de Doutorado (Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Orientação do Prof. Dr. José Teixeira Coelho Netto.

SILVA, Lúcia Sousa e. "Premissas e Contradições do Desenvolvimento Sustentável". Dezembro de 2001. Texto elaborado para a disciplina *Sociedade, Educação e Meio Ambiente*, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da USP.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Acesso em: 29/05/2011.